



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRESIDÊNCIA

Ref.: Protocolo PAE n.º 2262/2022

DECISÃO

Vistos em exame.

1. Considerando as informações contidas nos autos do presente processo administrativo, e acolhendo o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência (**Parecer n.º 137/2021-APRES**), com fulcro nos arts. 25, inc. II, § 1º, 13, inc. VI, e 26, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993, na Súmula TCU n.º 252, na Orientação Normativa n.º 18/2009 – AGU e na Decisão n.º 439/1998 - Plenário, do Tribunal de Contas da União, **autorizo o curso proposto pela Escola Judiciária** e, em consequência, **ratifico** a decisão exarada pela Diretoria-Geral que, por **inexigibilidade de licitação**, autorizou a contratação direta da empresa **GD Treinamentos LTDA**, para prestar a este Tribunal os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, referentes a inscrição de 3 (três) servidores no curso “**Escrituração Contábil Sistema EFD-REINF**”, na modalidade ao vivo e *online*, no valor total de **R\$ 3.870,00 (três mil, oitocentos e setenta reais)**, conforme o Documento de Formalização da Demanda (fls. 2-3) e o Termo de Referência (fls. 4-5), desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa contratada, e condicionado à disponibilidade orçamentária.
2. Desta forma, determino a emissão de nota de empenho para atender a despesa, no valor indicado pela Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro (fls. 26/27), condicionado à disponibilidade orçamentária.
3. Encaminhe-se os autos à Seção de Licitações e Contratos—SELIC/COLIC/SAOF, para as providências cabíveis, inclusive a publicação do extrato de inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, como condição para a eficácia do ato, nos termos do que dispõe o art. 26 da Lei n.º 8.666/93.
4. Por fim, remeta-se à Seção de Planejamento Orçamentário e Financeiro para o desbloqueio do crédito orçamentário, com a posterior remessa à Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/COFIN/SAOF) para a emissão da nota de empenho e o seu devido pagamento, além da adoção das demais providências cabíveis.

Natal, 30 de março de 2022.

Desembargador **Gilson Barbosa**
Presidente



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA DA PRESIDÊNCIA

PARECER N.º 137/2022-APRES

Ref.: Protocolo PAE n.º 2262/2022

Contratação de empresa para prestar serviço de capacitação do curso “*Escrituração Contábil Sistema EFD-REINF*”. Licitação inexigível. Contratação direta autorizada pela Diretoria-Geral. Ratificação do ato pela Presidência. Possibilidade. Lei n.º 8.666/1993. Acórdão n.º 1.336/2006-TCU - Plenário.

1. Trata-se de solicitação oriunda da Coordenadoria de Finanças (COFIN/SAOF), objetivando a contratação de empresa para ministrar capacitação no curso intitulado “***Escrituração Contábil Sistema EFD-REINF***”, na modalidade de ensino a distância (*online* e ao vivo), a ocorrer no período de 04 a 06 de abril de 2022, conforme o Documento de Oficialização da Demanda (fls. 2-3) e o Termo de Referência (fls. 4-5).
2. Após a devida instrução, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para pronunciamento acerca da possibilidade jurídica de ratificação do ato de inexigibilidade de licitação, fundamentada nos arts. 25, II, e 13, VI, da Lei n.º 8.666/1993, objeto do Despacho exarado pela Diretora-Geral deste Tribunal (fl. 38), referente à contratação direta do serviço em comento.
3. É o sucinto relatório.
4. Versam os autos sobre a inscrição de **3 (três) servidores** deste Regional no evento de capacitação intitulado “***Escrituração Contábil Sistema EFD-REINF***”, na modalidade a distância (*online* e ao vivo), com carga horária de 12 horas, promovido pela empresa **GD Treinamentos LTDA**, no valor total de **R\$ 3.870,00 (três mil, oitocentos e setenta reais)**, conforme o Termo de Referência (fls. 4-5) e a proposta constante às fls. 15-18.
5. A Diretora-Geral autorizou o pedido com fundamento no Parecer n.º 364/2022-AJDG (fls. 36-37) e na Portaria n.º 304/2015-GP, que delegou à Diretoria-Geral a competência para o exercício da função de ordenador de despesas, tendo encaminhado os autos ao Excelentíssimo Desembargador-Presidente para ratificação, nos moldes do art. 26, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993 (fl. 38).
6. No caso em exame, a Seção de Licitações e Contratos (SELIC) posicionou-se pela possibilidade da contratação por inexigibilidade de licitação, enquadrando legalmente o caso no art. 25, II, c/c o art. 13, VI, ambos da Lei n.º 8.666/93, nos termos da Informação n.º 80/2022-SELIC (fls. 29-31), vejamos:

[...]

4. Quanto ao enquadramento legal, esta Seção entende que a contratação sob exame poderá ser autorizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; [...]

5. A inscrição de servidores públicos em cursos abertos a terceiros enquadra-se na referida hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme entendimento pacificado na Decisão nº 439/1998-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, segundo a qual “as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

6. Os requisitos legais exigidos para essa hipótese de inexigibilidade de licitação são os seguintes: a) serviço técnico enumerado no art. 13 da Lei nº 8.666/1993; b) notória especialização da empresa ou do instrutor na área objeto do curso a ser contratado; c) objeto singular.

7. Tais requisitos legais estão presentes na contratação sob exame, tendo em vista que:

a) o objeto da contratação é serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

b) o requisito da notória especialização da empresa GD TREINAMENTOS LTDA em capacitação de servidores públicos na área de licitações e contratos administrativos está evidenciado a partir da comprovação de que outros órgãos públicos autorizaram a contratação da referida empresa por inexigibilidade de licitação, com fundamento na legislação citada (art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993), como demonstra o extrato de publicação na imprensa oficial juntado (fl. 28);

c) o objeto contratado pode ser considerado singular, uma vez que, neste momento, o curso ofertado pela empresa apresenta as seguintes características que, reunidas, o diferenciam de outros cursos atualmente disponíveis no mercado: preço mais vantajoso e conteúdo programático que poderá atender adequadamente às necessidades de capacitação dos servidores deste Tribunal.

8. Diante do exposto, esta Seção de Licitações e Contratos entende que a contratação solicitada neste processo administrativo poderá ser autorizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993.

9. Cabe ressaltar que a contratação direta sob exame poderá ser realizada de acordo com as regras da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o disposto nos arts. 191 e 192, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a seguir transcritos:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso

II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

[...]

Art. 193. Revogam-se:

[...]

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.”

7. Destarte, foi anexada aos autos a Proposta Comercial (fls. 15-18) para fornecimento da capacitação, contendo o material promocional do evento, no qual constam as características do treinamento proposto pela empresa. Também foram juntadas certidões (fls. 19-21 e 34-35) indicando a situação de regularidade administrativa, trabalhista e fiscal da empresa **GD Treinamentos LTDA**.

8. Instrui os autos, ainda, o documento de fl. 28, em que se verifica que a empresa indicada detém experiência na prestação de serviços a outros órgãos públicos, razão pela qual foi contratada diretamente em casos anteriores.

9. No que se refere ao valor da proposta, as informações prestadas pela Seção de Análise Técnica de Contratações (SETEC), à fl. 25, apontam que *“o preço ofertado pela empresa GD Treinamentos Ltda encontra-se dentro da média de preço de mercado para a capacitação pleiteada nos presentes autos”*.

10. Saliente-se que o curso em referência, apesar de não previsto no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD), é de suma importância, conforme se observa do Termo de Referência (fl. 4-5):

O EFD-REINF é o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais - EFD-Reinf, um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, a ser utilizado pelas pessoas jurídicas e físicas, em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial. É um novo sistema que está sendo implementado, a partir do início de abril, pela Receita Federal e vai impactar profundamente a forma de lançamento das informações pelo TRE/RN, carecendo de rápido treinamento da força de trabalho, a fim de que não se crie prejuízos diversos à escrituração contábil do tribunal.

11. Além disso, as informações constantes à fl. 26 dão conta de que há disponibilidade no orçamento de capacitação para custear as inscrições aqui tratadas, tendo sido bloqueado o crédito para viabilizar o pagamento da despesa.

12. Quanto à inviabilidade de competição, a Súmula n.º 252 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Orientação Normativa n.º 18/2009-AGU, além da Decisão TCU n.º 439/1998-Plenário, apontam-na nos casos em que haja serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da Lei n.º 8.666/1993, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado. Vejamos:

Súmula TCU n.º 252, “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei n.º 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado.”

Orientação Normativa n.º 18/2009 – AGU: Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de

peçoal, ou a inscrião em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

Decisão TCU n.º 439/1998 - Plenário: “as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeioamento de peçoal, bem como a inscrião de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei n.º 8.666/93”.

13. A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG), por meio do Parecer n.º 364/2022 (fls. 36-37), entendeu ser possível a contratação direta da **GD Treinamentos LTDA**, por inexigibilidade de licitação, bem como a emissão de nota de empenho e pagamento da despesa, no valor de **R\$ 3.870,00 (três mil, oitocentos e setenta reais)**.

14. Em síntese, como apontado no parecer da AJDG, verifica-se a presença simultânea dos três requisitos para a contratação direta da empresa, sem que haja licitação: serviço técnico especializado (art. 13 da Lei n.º 8.666/93), natureza singular do serviço e notória especialização. Além disso, a AJDG concluiu o seu parecer nos seguintes termos (fls. 36-37):

[...]

3. No que concerne ao enquadramento legal da despesa, corroboramos o entendimento assentado pela Seção de Licitações e Contratos na Informação nº 80/2022- SELIC (fls. 29-31), devendo a contratação ocorrer por inexigibilidade de licitação.

4. Com efeito, os requisitos legais exigidos para essa hipótese de inexigibilidade de licitação são os seguintes: a) serviço técnico enumerado no art. 13 da Lei nº 8.666/1993; b) notória especialização da empresa ou do instrutor na área objeto do curso a ser contratado; c) objeto singular.

5. Corroborando o pronunciamento da SELIC, esta Assessoria entende que os requisitos acima elencados estão presentes na contratação em exame, uma vez que:

a) trata-se de serviço de treinamento e aperfeioamento de peçoal, enquadrado como serviço técnico especializado pelo art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;

b) a notória especialização da empresa para ministrar o curso está demonstrada mediante análise das informações constantes de sua proposta (fls. 15-18) e há comprovação de que ela já foi contratada por outros órgãos públicos;

c) a singularidade do objeto está demonstrada pela especificidade do curso ofertado pela referida empresa.

6. Diante do exposto, a Administração, caso julgue conveniente e oportuno, poderá autorizar:

a) a contratação direta da empresa GD TREINAMENTOS LTDA, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o curso sobre o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf, previsto para ocorrer de forma on-line, no período de 04 a 06 de abril de 2022, destinado à capacitação de 3(três) servidores deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas na proposta apresentada pela referida empresa;

b) a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), bem como o posterior pagamento, com as retenções legais que se fizerem necessárias.

7. A adoção das providências indicadas no item retro deverá ficar condicionada à disponibilidade orçamentária e à manutenção da

regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa a ser contratada.

8. Por oportuno, o processo deverá ser submetido à apreciação da Presidência deste Tribunal, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

15. Ademais, cumpre ressaltar que no Termo de Referência (fls. 4-5) consta a informação de que o curso será realizado na modalidade de ensino '*a distância*' (*online* e ao vivo), de modo a possibilitar a interação dos alunos com o palestrante, no período de 4 a 6 de abril de 2022, com carga horária de 12 (doze) horas, para 3 (três) servidores.

16. Diante do exposto, esta Assessoria não vislumbra qualquer óbice à ratificação do ato administrativo exarado pela Diretora-Geral (fl. 38), nos termos do que dispõem os artigos 25, inc. II, § 1º, e 13, inc. VI, da Lei nº 8.666/1993 e na Decisão nº 439/1998 - Plenário do TCU, desde que mantida a regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa contratada e, ainda, condicionado à disponibilidade orçamentária.

É o parecer.

Natal/RN, em 30 de março de 2022.

Anni Chyara de Lima Avelino
Assistente III – APRES

De acordo. Encaminhe-se à consideração do Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente deste Tribunal.

Rafael Vale Bezerra
Assessor Jurídico-Administrativo da Presidência

Despacho

1.Considerando o disposto na Portaria nº 304/2015-GP, que delegou ao Diretor-Geral da Secretaria deste Tribunal competência para o exercício da função de ordenador de despesas, e considerando a instrução deste processo administrativo, acolho o Parecer nº 364/2022-AJDG, e AUTORIZO:

I – a contratação direta da empresa GD TREINAMENTOS LTDA., por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o curso sobre o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf, previsto para ocorrer de forma on-line, no período de 04 a 06 de abril de 2022, destinado à capacitação de 3 (três) servidores deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas na proposta apresentada pela referida empresa;

II - a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), bem como o posterior pagamento, com as retenções legais que se fizerem necessárias, depois de liquidada a despesa.

2.A adoção das providências acima indicadas deverá ficar condicionada à disponibilidade orçamentária e as regularidades fiscal, trabalhista e administrativa da empresa a ser contratada.

3.Encaminhe-se o processo à Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência – APRES para pronunciamento, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Yvette Bezerra Guerreiro Maia

Diretora-Geral

Ordenadora de Despesas por Delegação

Yvette Bezerra Guerreiro Maia - 29/03/2022 19:03:42



PARECER Nº 364/2022-AJDG

Ref.: Processo Administrativo Eletrônico nº 2262/2022

Assunto: Contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, referente à inscrição de 3 (três) servidores da SAOF/COFIN no curso sobre o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf. Inexigibilidade de licitação.

1. Por intermédio do Documento de Formalização da Demanda de fl. 02-03, o Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento da EJE solicita a contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, referente à inscrição de 3 (quatro) servidores ligados à Coordenadoria de Orçamento e Finanças deste Tribunal no curso sobre o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf.
2. Da instrução do processo destacam-se:
 - a) Termo de Referência da contratação (fls. 04-06);
 - b) Propostas apresentadas por empresas do ramo (fl. 07-18);
 - c) Informação prestada pelo Chefe de Gabinete da Escola Judiciária Eleitoral, dando conta que a proposta mais vantajosa para a Administração foi apresentada pela empresa GD TREINAMENTOS LTDA, tanto pelo preço, como pelo prazo de execução;
 - d) Comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa a ser contratada (fls. 19-20 e 34);
 - e) Informação nº 51/2022-SETEC (fl. 50), emitida pela Seção de Análise Técnica de Contratações, por meio da qual conclui que *“....o preço ofertado pela empresa GD TREINAMENTOS LTDA. encontra-se dentro da média de preço de mercado para a capacitação pleiteada nos presentes autos”*.
 - f) razões de escolha da referida empresa para ministrar o curso, conforme justificativas apresentadas à fl.22
 - g) reserva orçamentária para atender à despesa (fl. 27);
 - h) enquadramento legal da contratação como inexigível de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, conforme Informação nº 80/2022-SELIC (fls. 29-31).
3. No que concerne ao enquadramento legal da despesa, corroboramos o entendimento assentado pela Seção de Licitações e Contratos na Informação nº 80/2022-SELIC (fls. 29-31), devendo a contratação ocorrer por inexigibilidade de licitação.
4. Com efeito, os requisitos legais exigidos para essa hipótese de inexigibilidade de licitação são os seguintes: a) serviço técnico enumerado no art. 13 da Lei nº 8.666/1993;

b) notória especialização da empresa ou do instrutor na área objeto do curso a ser contratado; c) objeto singular.

5. Corroborando o pronunciamento da SELIC, esta Assessoria entende que os requisitos acima elencados estão presentes na contratação em exame, uma vez que:

a) trata-se de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadrado como serviço técnico especializado pelo art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993;

b) a notória especialização da empresa para ministrar o curso está demonstrada mediante análise das informações constantes de sua proposta (fls. 15-18) e há comprovação de que ela já foi contratada por outros órgãos públicos;

c) a singularidade do objeto está demonstrada pela especificidade do curso ofertado pela referida empresa.

6. Diante do exposto, a Administração, caso julgue conveniente e oportuno, poderá autorizar:

a) a contratação direta da empresa GD TREINAMENTOS LTDA, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, para ministrar o curso sobre o novo sistema de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais – EFD-Reinf, previsto para ocorrer de forma on-line, no período de 04 a 06 de abril de 2022, destinado à capacitação de 3(três) servidores deste Tribunal, observando-se as condições ofertadas na proposta apresentada pela referida empresa;

b) a emissão de nota de empenho para atender à despesa, no valor de R\$ 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais), bem como o posterior pagamento, com as retenções legais que se fizerem necessárias.

7. A adoção das providências indicadas no item retro deverá ficar condicionada à disponibilidade orçamentária e à manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e administrativa da empresa a ser contratada.

8. Por oportuno, o processo deverá ser submetido à apreciação da Presidência deste Tribunal, tendo em vista a necessidade de ratificação da inexigibilidade de licitação, nos termos previstos no art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer.

Natal/RN, 29 de março de 2022.

Ênio Teixeira Tavares
Analista Judiciário - AJDG

De acordo.
À Diretoria-Geral para apreciação.

Priscilla Queiroga Câmara
Assessora Jurídica da Diretoria-Geral